

Impacto Financeiro da PEC 22/2011

A proposta para a PEC 22 tem novos critérios para o reajuste do piso salarial dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e dos Agentes de Combate às Endemias – ACE.

A proposta é a seguinte:

Propõe o piso salarial de R\$ 1.600;
Data base em 1º de janeiro de cada ano;
Reajuste correspondente a:

$$\sum \text{Variação do IPCA} + \text{Variação do Pib} + 20\%$$

Impacto Financeiro – Piso atual

Para calcular o impacto financeiro será levado em consideração os seguintes parâmetros:

- Total de ACE e ACS: 89.708 e 259.916 respectivamente.
- Piso Atual: R\$ 1.014

De acordo com a legislação atual, o governo federal repassa R\$ 1.014 para cada ACE e ACS que a prefeitura tiver, portanto, hoje as prefeituras recebem por ano o montante de R\$ 4,6 bilhões para arcar com os salários.

Tabela 1 – Repasse federal para o piso salarial dos ACS e ACE, segundo a UF. Brasil, 2017.

UF	Total de ACE e ACS	Total de repasse	UF	Total de ACE e ACS	Total de repasse
AC	2.049	27.009.918	PB	10.060	132.610.920
AL	6.933	91.390.806	PE	18.994	250.378.908
AM	8.330	109.806.060	PI	8.523	112.350.186
AP	1.418	18.692.076	PR	16.444	216.764.808
BA	31.289	412.451.598	RJ	22.432	295.698.624
CE	18.283	241.006.506	RN	7.026	92.616.732
DF	2.131	28.090.842	RO	3.741	49.313.862
ES	6.299	83.033.418	RR	1.068	14.078.376
GO	11.783	155.323.506	RS	14.800	195.093.600
MA	18.386	242.364.252	SC	10.911	143.828.802
MG	39.064	514.941.648	SE	5.015	66.107.730
MS	5.172	68.177.304	SP	50.086	660.233.652
MT	6.582	86.763.924	TO	4.250	56.023.500
PA	18.555	244.592.010	Total	349.624	4.608.743.568

Fonte: Cálculos próprios com dados do Ministério da Saúde

O custo com os encargos trabalhistas fica a cargo das Prefeituras, portanto, para se calcular o impacto do atual do piso salarial aos cofres municipais, foi levado em consideração o custo com o INSS Patronal, FGTS, PIS, Salário família e Sistema S.

Tabela 2 – Impacto financeiro do piso salarial dos ACE e ACS nas finanças municipais, segundo a UF. Brasil, 2017.

UF	Custo	Custo + Encargos	Impacto	UF	Custo	Custo + Encargos	Impacto
AC	27.009.918	38.388.753	11.378.835	PB	132.610.920	188.477.722	55.866.802
AL	91.390.806	129.892.251	38.501.445	PE	250.378.908	355.859.428	105.480.520
AM	109.806.060	156.065.549	46.259.489	PI	112.350.186	159.681.473	47.331.287
AP	18.692.076	26.566.740	7.874.664	PR	216.764.808	308.084.260	91.319.452
BA	412.451.598	586.210.679	173.759.081	RJ	295.698.624	420.271.596	124.572.972
CE	241.006.506	342.538.587	101.532.081	RN	92.616.732	131.634.639	39.017.907
DF	28.090.842	39.925.052	11.834.210	RO	49.313.862	70.088.982	20.775.120
ES	83.033.418	118.014.033	34.980.615	RR	14.078.376	20.009.364	5.930.988
GO	155.323.506	220.758.747	65.435.241	RS	195.093.600	277.283.328	82.189.728
MA	242.364.252	344.468.329	102.104.077	SC	143.828.802	204.421.513	60.592.711
MG	514.941.648	731.878.103	216.936.455	SE	66.107.730	93.957.830	27.850.100
MS	68.177.304	96.899.282	28.721.978	SP	660.233.652	938.379.241	278.145.589
MT	86.763.924	123.316.140	36.552.216	TO	56.023.500	79.625.280	23.601.780
PA	244.592.010	347.634.605	103.042.595	Total	4.608.743.568	6.550.331.505	1.941.587.937

Fonte: Cálculos próprios com dados do Ministério da Saúde

Na tabela acima, o custo estimado do pagamento dos ACE e ACS com os encargos em 2017 será de R\$ 6,5 bilhões e o governo repassará R\$ 4,6 bilhões. Por tanto, a manutenção do Programa de ACS e dos ACE, comprometerão R\$ 1,9 bilhão dos recursos próprios dos Municípios.

Impacto Financeiro Com a PEC

Para calcular o impacto financeiro será levado em consideração os seguintes parâmetros:

- Total de ACE e ACS: 89.708 e 259.916 respectivamente.
- Piso Atual: R\$ 1.014
- Piso PEC 22: R\$ 1.600
- Expectativa da variação do IPCA 2017: 3,7%
- Expectativa da variação do PIB 2017: 0,50%
- Reajuste anual de 20%

Ao levar em consideração os critérios definidos na PEC 22/2011, se aprovada ainda em 2016, com o reajuste do piso salarial de R\$ 1.014,00 para R\$ 1.600,00, o crescimento será de 57,8%. Porém, já em 1º de Janeiro de 2018, o crescimento do piso salarial dos ACS e ACE será superior a 96%. Crescimento incompatível com a realidade econômica nacional.

Com base nos critérios da PEC o piso dos ACE e ACS em 2018 seria de R\$ 1.987, e análogo ao impacto do piso atual, o Ministério da Saúde teria que repassar aos Municípios o valor superior a R\$ 9 bilhões para arcar com a despesa do piso salarial dos ACE e ACS. Um crescimento de 80,9%. Crescimento bem acima de qualquer realidade financeira. Logo em período de ajustes fiscais severos.

Tabela 3 – Impacto financeiro da PEC 22/2011, segundo a UF. Brasil, 2017.

UF	Custo	Custo + Encargos	Impacto	UF	Custo	Custo + Encargos	Impacto
AC	52.933.046	74.760.896	21.827.849	PB	259.886.016	367.054.472	107.168.456
AL	179.104.349	252.961.099	73.856.750	PE	490.683.398	693.025.113	202.341.714
AM	215.193.888	303.932.778	88.738.890	PI	220.179.773	310.974.678	90.794.905
AP	36.632.045	51.737.897	15.105.852	PR	424.807.718	599.984.466	175.176.748
BA	808.307.510	1.141.626.975	333.319.464	RJ	579.499.315	818.465.796	238.966.481
CE	472.315.709	667.083.191	194.767.483	RN	181.506.874	256.354.346	74.847.472
DF	55.051.402	77.752.791	22.701.390	RO	96.643.498	136.496.101	39.852.604
ES	162.725.846	229.828.640	67.102.793	RR	27.590.285	38.967.612	11.377.327
GO	304.397.309	429.920.759	125.523.451	RS	382.337.280	540.000.614	157.663.334
MA	474.976.570	670.841.304	195.864.734	SC	281.870.410	398.104.507	116.234.097
MG	1.009.163.750	1.425.309.730	416.145.979	SE	129.555.504	182.979.938	53.424.434
MS	133.611.379	188.708.323	55.096.944	SP	1.293.901.690	1.827.464.241	533.562.552
MT	170.036.755	240.154.327	70.117.572	TO	109.792.800	155.067.744	45.274.944
PA	479.342.448	677.007.527	197.665.079	Total	9.032.046.566	12.756.565.865	3.724.519.299

Fonte: Cálculos próprios com dados do Ministério da Saúde

Se for levado em consideração o gasto com os encargos salariais, o custo aumentaria de R\$ 9 bilhões para R\$ 12,7 bilhões em 2018 (Tabela 3). Para os Municípios o impacto financeiro é bem mais severo, pois os encargos salariais aumentam de acordo com o piso salarial ou com o vencimento base. Em 2017, os Municípios irão gastar só com encargos o total de R\$ 1,9 bilhão. Com a aprovação da PEC 22, essa despesa aumentaria para R\$ 3,7 bilhões, um aumento de 94,7% e, com certeza, esse impacto irá prejudicar bastante as contas municipais.

Um fator preponderante para o posicionamento da CNM, contrário a PEC 22, é a gestão do gasto público defendido pelo governo na Emenda Constitucional 95/2016, na qual ficou estabelecido que a despesa não pode ser maior do que a inflação do ano anterior.